

A objetivação dos trabalhadores desempregados e dos pobres em sujeitos infames e o discurso do/sobre o Auxílio Emergencial na pandemia da Covid-19

The objectification of unemployed workers and the poor people into infamous subjects and the discourse of/about the Emergency Aid in the Covid-19 pandemic

Karla Roberta Neumann¹

Universidade Estadual de Maringá - UEM
karlaneumann2@gmail.com

Pedro Navarro²

Universidade Estadual de Maringá - UEM
navarro.pl@gmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é compreender como se dá o processo de objetivação dos sujeitos desempregados em sujeitos infames, em enunciados destacados da declaração do ministro da economia, Paulo Guedes, sobre a prorrogação do Auxílio Emergencial. Analisamos as formas enunciativas mediante as quais o enunciado “vagabundo” foi construído na relação com essa declaração; por que ele aparece e não outros em seu lugar; como ele se relaciona com saberes que emergem do significante ociosidade, tendo em vista o domínio associativo que mantém com a oposição que se faz ao trabalhador e com a associação deste ao pobre. Para tanto, tomamos os conceitos de regularidade discursiva, biopoder e homens infames, de Michel Foucault (2003; 2008a; 2008b), e as discussões acerca do sujeito vagabundo, de Robert Castel (1993; 1998; 2000), entre outros autores. A análise abordou como o desemprego provoca a (auto)exclusão, reforçando divisões e desigualdades no interior mesmo do conjunto de sujeitos que se identificam com a subjetividade proletariada. A vagabundagem representa um problema social maior, alimentada pela instabilidade da condição salarial, representando uma ruptura entre a relação de trabalho, ao passo que a precariedade gera a exclusão. A punição para os infames também está na privação daquilo que todos podem, menos quem não merece.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Biopoder; Desemprego; Homens Infames; Vagabundos.

ABSTRACT: The aim of this paper is to understand the objectification process of unemployed subjects into infamous subjects, in highlighted statements of the pronouncement by the economy minister, Paulo Guedes, about extension of Emergency Aid. We analyzed the enunciative forms through which the statement “vagabond” was constructed in relation to this declaration; why this term appears and not others in this place; how this relates to the knowledge that emerges from the idea of idleness, considering the associative domain it maintains with the

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do GPDISCMDIA - Grupo de Pesquisa em Discursividades, Cultura, Mídia e Arte da UEM.

² Professor associado do Departamento de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-graduação em Letras, da Universidade Estadual de Maringá. Líder do GEF - Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM e bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3267-4985>.

opposition of worker and the association of it with poor. For that, we take the concept of discursive regularity, biopower and infamous men, by Michel Foucault (2003; 2008a; 2008b), and the discussions about the vagabond subject, by Robert Castel (1993; 1998; 2000), among other authors. The analysis addressed how unemployment causes (self)exclusion, reinforcing divisions and inequalities within the group of subjects who identify withg proletariat subjectivity. Vagabondage represents a major social problem, fueled by the instability of the salary condition, representing a rupture between the work relationship, while precariousness generates exclusion. The punishment for the infamous is also the deprivation of what everyone can, except those who don't deserve it.

Keywords: Discourse analysis; Biopower; Unemployment; Infamous Men; Vagabond.

Introdução

A pandemia causada pela Covid-19 constituiu-se em um espaço de ordem discursiva formada por uma dispersão de enunciados. A campanha “fique em casa”, por exemplo, gerou polêmicas e trouxe, também, a contraposição de que “o Brasil não pode parar”. Os discursos que circularam se dividiam entre duas vontades de verdade fortemente atravessadas pela racionalidade neoliberal: ou as pessoas se arriscavam a morrer de fome, uma vez que é preciso produzir, ou não cumpriam o isolamento social, podendo morrer das complicações causadas pelo vírus. Tendo em vista a obrigação de ficar em casa, imposta pelos decretos municipais e estaduais, muitas empresas, com a justificativa de que não conseguiriam pagar seus funcionários, acabaram demitindo boa parte do seu quadro de trabalhadores.

Esse acontecimento trouxe à tona uma situação histórica, mas que sempre foi mascarada: o desemprego. O trabalhador autônomo ou profissional liberal, chamado atualmente de empreendedor, ficou sem opção nesse entremeio: se ao menos tivesse carteira assinada e fosse demitido, receberia o seguro desemprego. Este trabalhador precisou se “reinventar”, como prega o discurso neoliberal do empreendedorismo, migrando seu negócio para plataformas *online*, vendendo seus produtos e serviços na modalidade virtual, ou mudando de área. No entanto, a realidade não é a mesma para milhões de brasileiros. Juntando-se a milhões de outros brasileiros, muitos trabalhadores invisíveis entraram para as estatísticas do desemprego.

Enquanto esses trabalhadores invisíveis estavam escondidos sob o véu do empreendedorismo, os índices de desemprego pareciam não incomodar. A pandemia, ao contrário do que se propaga, não foi a responsável por tantos desempregados jogados à mostra, mas sim o modo como a organização do trabalho se constituiu pelo neoliberalismo no sistema capitalista. Consequentemente, o Estado precisou intervir e, por isso, instituiu-se uma Renda Básica Emergencial, chamada de Auxílio Emergencial, benefício que também gerou muitas polêmicas.

Tendo isso em vista, este texto propõe tecer discussões e reflexões acerca dos sujeitos desempregados, vistos como infames (FOUCAULT, 2003), no século XXI, partindo de publicações sobre a declaração do ministro da economia, Paulo Guedes, com relação à prorrogação do Auxílio Emergencial. Pretendemos discutir, mais especificamente, como o enunciado *vagabundo* foi construído na relação com essa declaração e por que ele aparece e não outros em seu lugar. Em seguida, a partir da análise do campo associativo, visamos compreender como esse enunciado se relaciona com saberes que emergem do significante ociosidade, tendo em vista os efeitos de exterioridade e de acúmulo, atentando-nos ao modo

como este surge como um referencial discursivo, deslegitimando os requerentes do auxílio emergencial, na medida em que enquadra os trabalhadores desempregados e os pobres na categoria de sujeitos infames.

O Auxílio Emergencial: vagabundagem e infâmia em tempos pandêmicos

O Auxílio Emergencial³, chamado popularmente de *coronavoucher*, foi um “benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais (MEI), autônomos e desempregados, e tem por objetivo fornecer proteção emergencial no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19” (BRASIL, 2020). Após várias polêmicas envolvendo o valor que seria determinado para o pagamento⁴, o benefício foi aprovado no final do mês de março de 2020. Inicialmente, seria concedido em três parcelas de R\$600,00 ou R\$1200,00, caso o requerente fosse “mulher provedora de família monoparental - ou seja, o grupo familiar chefiado por mulher sem cônjuge ou companheiro, com pelo menos uma pessoa menor de 18 anos”. Já no seu início, cogitou-se a prorrogação do benefício, fato que ocorreu com a redução dos valores: quem estava recebendo R\$600,00 passou a receber R\$300,00 (ISTOÉ, 2020).

No entanto, ao final do mês de maio de 2020, período em que a prorrogação do benefício estava em discussão, o ministro da economia Paulo Guedes, em reunião com empresários, deu a seguinte declaração:

Se voltar para R\$ 200 quem sabe não dá para estender um mês ou dois? R\$ 600 não dá. [...] O que a sociedade prefere, um mês de R\$ 600 ou três de R\$ 200? É esse tipo de conta que estamos fazendo. É possível que aconteça uma extensão. Mas será que temos dinheiro para uma extensão a R\$ 600? Acho que não. [...] Se falarmos que vai ter mais três meses, mais três meses, mais três meses, aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos porque a vida está boa, está tudo tranquilo. E aí vamos morrer de fome do outro lado. É o meu pavor, a prateleira vazia (BRASIL ECONÔMICO, 2020).

Devido a essa declaração, políticos dos partidos de oposição publicaram em suas redes sociais postagens nas quais afirmam que Paulo Guedes está chamando o povo de vagabundo.

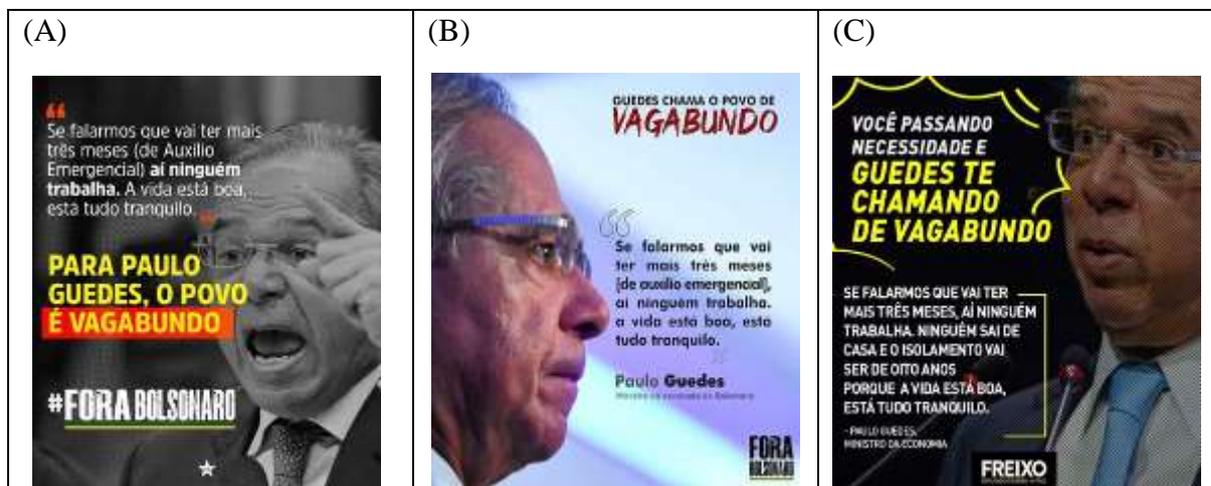
³ No ano de 2021, o Auxílio Emergencial deu lugar ao Auxílio Brasil, programa que substituiu o Bolsa Família.

⁴ O governo federal cogitava um auxílio de R\$200,00 para os trabalhadores informais. Porém, após discussões, foi determinado o valor de R\$600,00.

Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/03/30/coronavirus-senado-aprova-auxilio-emergencial-de-r-600>. Acesso em: 5 nov. 2020.

Considerando as condições históricas de emergência expostas, partimos para a análise discursiva, que se constitui de três publicações (Figura 1), denominadas, por nós, de sequências enunciativas, feitas na rede social *Facebook*, acerca da declaração do ministro Paulo Guedes.

Figura 1 - Publicações sobre a fala do ministro Paulo Guedes



Fonte: Rede social *Facebook* (2020).

Nota: (A) Página do Partido dos Trabalhadores (PT); (B) Página Levante Popular da Juventude; (C) imagem retirada da página do então deputado federal pelo PSOL Marcelo Freixo, agora filiado ao PT, que à época trazia o perfil como MarceloFreixoPSOL e agora como freixo.marcelo, estando indisponível o referido post devido à mudança.

Devemos esclarecer que na declaração do ministro não há menção aos beneficiários do auxílio emergencial como *vagabundos*. Mas, por que essa relação apareceu discursivizada dessa forma nessas sequências enunciativas? Essa relação foi estabelecida pelos autores das publicações, porém é necessário destacar que não foram, necessariamente, os mesmos perfis que as compartilharam, visto que uma mesma imagem aparece em diversas páginas e perfis da rede⁵. Em suma, são sujeitos opostos à corrente política liberal/neoliberal de Paulo Guedes, uma vez que se posicionam em um campo político progressista, centro-esquerda e esquerda. Logo, formam oposição ao governo Bolsonaro, bem como rebatem críticas direcionadas às políticas sociais, referidas pelos indivíduos da oposição como um projeto pouco priorizado em governos de direita, por inferir que os benefícios sustentam *vagabundos*, como declarou Fernando Henrique Cardoso acerca dos aposentados “jovens”, no ano de 1998⁶. Essa contextualização nos permite traçar um direcionamento às questões aqui propostas.

⁵ Embora as imagens A e C estejam com a logo dos perfis, não podemos confirmar que a autoria seja dos responsáveis pelos perfis, pois trata-se de uma regularidade entre essas publicações, trazendo a mesma forma e conteúdo, portanto, uma reprodução do mesmo discurso. Já a imagem B não traz uma logo, apenas *slogan Fora Bolsonaro*.

⁶ Em 1998, o então presidente Fernando Henrique Cardoso deu uma declaração na qual dizia: “Fiz a reforma da Previdência para que aqueles que se locupletam da Previdência não se locupletem mais, não se aposentem com

Nessa perspectiva, chama-nos a atenção sobre como os beneficiários do auxílio emergencial se tornaram *vagabundos* e por que não apareceu outro enunciado em seu lugar, como *desocupados* ou *preguiçosos*, por exemplo.

Foucault (2008a) parte do conceito de que a função de um enunciado se caracteriza por um referencial, um sujeito, um campo associado e uma materialidade. Isto é, de acordo com o autor, para que haja um enunciado é necessário relacioná-lo com todo um campo adjacente. Não basta apenas dizer uma frase, ou dizê-la em uma relação com um campo de objetos ou um sujeito, o que ele chama de correlato do enunciado. Em suas palavras, “um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados”.

Em outras palavras, o discurso “é constituído pelo conjunto de todos os enunciados efetivos (quer tenham sido falados ou escritos), em sua dispersão de acontecimentos e na instância própria de cada um” (FOUCAULT, 2008a, p. 29-30). Avançando nessa conceituação, os discursos devem ser tratados como:

[...] práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. E esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008a, p. 55).

O autor dispõe o projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos como um caminho para buscar as unidades que se formam, distinguindo-se da análise da língua. Com relação a isso, ele lança duas formas diferentes de perguntas que separam essas duas análises. A primeira é: segundo que regras um enunciado é construído e quais poderiam ser construídos? Já a descrição dos acontecimentos discursivos formula outra pergunta: “como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2008a, p. 24)

A regularidade enunciativa presente nessas sequências e os efeitos de poder-saber a elas vinculados importam à análise arqueogenealógica, visto que “vagabundo” acaba surgindo como um referencial discursivo que identifica, singulariza e classifica todos aqueles que necessitam do auxílio emergencial. Trata-se de um processo de objetivação que qualifica trabalhadores como sujeitos infames, dada a vagabundagem que o auxílio poderia promover e, também, pelo fato de se tornarem um peso que o estado neoliberal e sua necropolítica devem carregar. Isso vai permitir visualizar as questões dispostas pelo próprio enunciado:

menos de 50 anos, não sejam vagabundos em um país de pobres e miseráveis”. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc12059802.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2023.

O referencial do enunciado forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá à frase seu sentido, à proposição seu valor de verdade (FOUCAULT, 2008a, p. 103).

Para Foucault (2008a), a formação discursiva (FD) é a regularidade de uma prática e, portanto, as regularidades são saberes que se repetem:

Sempre que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão e se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, teremos uma formação discursiva (FOUCAULT, 2008a, p. 43).

Considerando a regularidade das publicações, verificamos nos títulos, seguido do mesmo recorte da declaração de Guedes, que: (A) Para Paulo Guedes, o povo é vagabundo; (B) Guedes chama o povo de vagabundo; (C) Você passando necessidade e Guedes te chamando de vagabundo. Nas duas primeiras publicações, o *povo* é categorizado como *vagabundo*, enquanto na terceira dirige-se de forma direta ao leitor, no caso, *you é vagabundo*⁷.

Voltando para a fala de Paulo Guedes, os sujeitos são divididos em três categorias: sociedade [o que a sociedade prefere]; ninguém [ninguém trabalha; ninguém sai de casa]; e os que estão do outro lado [vão morrer de fome]. Ou seja, a *sociedade* ou os *ninguéns* não são sujeitos que morrem de fome. Tomamos, nesse caso, a *sociedade* como uma parcela de trabalhadores empregados, ao passo que os *ninguéns* são os desempregados, aqueles que precisam do auxílio, logo, são os *vagabundos* descritos nos títulos das publicações (sequências enunciativas).

Como não há enunciado livre, neutro e independente, ou seja, não há um enunciado que não suponha outro, mas sim uma relação de enunciados, este, de acordo com Foucault, faz parte de uma série ou conjunto. Conforme o autor, “não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2008a, p. 112).

⁷ Não nos ocupamos em realizar uma análise imagética, mas é interessante a forma como as três publicações trazem o enunciado “vagabundo” em destaque, seguido pelo recorte da fala do ministro, juntamente com a sua imagem. A publicação (A) traz o rosto de Guedes com uma expressão autoritária, como se estivesse gritando; a publicação (B) mostra um rosto de perfil, com os lábios cerrados, como se fosse pronunciar a letra “B”, parte da sílaba tônica da palavra “vagabundo”, e olhar fixo; a publicação (C) mostra o ministro com a boca em formato de “O”, como se estivesse oralizando a letra “U”, também parte da sílaba tônica da palavra “vagabundo”.

Dito isto, é necessário considerar três efeitos nas análises enunciativas: o da raridade, o da exterioridade e o do acúmulo. O efeito de raridade não visa exatamente à concordância com o aquilo que é comum em dado momento, uma totalidade, mas oposto disso: “a análise dos enunciados e das formações discursivas [...] quer determinar o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados” (FOUCAULT, 2008a, p. 135). Logo, os enunciados são únicos e cada um possui um valor no discurso do qual participa. Já o efeito de exterioridade enunciativa requer que a análise considere tanto a descontinuidade, quanto a continuidade histórica, pois “não importa quem fala”, mas o que ele diz, que não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade” (FOUCAULT, 2008a, p. 139). Por fim, o efeito de acúmulo entende que os enunciados podem ser reavivados ao longo do tempo. Estes são considerados na sua remanência, na sua aditividade e na sua recorrência, ou seja, os enunciados:

se conservam graças um certo número de suportes e de técnicas materiais, segundo certos tipos de instituições e com certas modalidades estatutárias. [...] os tipos de grupamento entre enunciados sucessivos não são sempre os mesmos e não procedem jamais por simples amontoamento ou justaposição de elementos sucessivos. [...] todo enunciado compreende um campo de elementos antecedentes em relação aos quais se situa, mas que tem o poder de reorganizar e de redistribuir segundo relações novas (FOUCAULT, 2008a, p. 40-41).

Portanto, partindo do princípio de exterioridade e de acúmulo, dedicamo-nos a compreender como o enunciado vagabundo se relaciona discursivamente com a situação de desemprego e de pobreza, por corolário, estabelecendo um vínculo histórico dos sujeitos trabalhadores desempregados e pobres com o arquivo das vidas infames.

Efeitos de exterioridade e de acúmulo acerca do trabalhador desempregado e pobre

O discurso que incentiva os indivíduos a valorizarem seus empregos e se contentarem com salários insuficientes, para que não caiam na desgraça da demissão e do desemprego, acaba exercendo uma “função pedagógica” (OSHIRO; MARQUES, 2017), por meio do medo e da coerção. No caso da pandemia, foi utilizada uma estratégia de chantagem para que as pessoas não cumprissem o isolamento: *vai perder o emprego*. O trabalhador, então, se vê diante de duas formas de biopoder que coexistem nesse novo cenário: o controle sobre seus corpos para que fiquem presos em casa, imposto pelo discurso médico, por outro lado o discurso da “liberdade”, defendido pelo Estado. Inclusive, o presidente Jair Bolsonaro declarou, em dado momento,

valendo-se da Constituição Federal, que “nós temos um bem muito maior até a própria vida, se me permite falar isso, é a nossa própria liberdade”⁸ (MENDONÇA, 2020).

O biopoder é um “conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (FOUCAULT, 2008c, p. 3). Por isso, foi um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, responsável pelo processo da passagem do indivíduo no mundo: a “proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: *uma biopolítica da população*” (FOUCAULT, 1988, p. 131).

Nessa perspectiva, o biopoder atua nessa contradição entre vida e morte: “traça a vida política na raridade dos enunciados acumulados que tanto, de forma calculada e administrada, produzem e incentivam viver, quanto impõem a morte a quem resiste entrar na escala da normalidade” (SOUSA, 2013, p. 199). No caso da pandemia, instaurou-se a lógica neoliberalista, segundo o qual muitos precisam morrer para que outros possam viver; que seja morrer pela doença, como os sujeitos com comorbidades, os idosos, aqueles que atrapalham, ou morrer de fome, como aqueles que precisam enfrentar o transporte público todos os dias para trabalhar. O que importa é a riqueza de poucos continuar aumentando. Assim, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal) é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (FOUCAULT, 2005, p. 305).

Diante da facilidade com que pode ser substituído por outros indivíduos, caso tenha o rendimento diminuído, o trabalhador se vê preso em uma demanda cujas atividades não são de sua escolha, numa produção repetitiva. Após a consolidação da dominação do capital sobre o processo de trabalho, com a intensificação da exploração da força de trabalho operária, a sociedade se tornou, também, refém da condição assalariada, isto é, o emprego virou um lugar social. O fenômeno do desemprego foi alicerçado, mais especificamente, com a crise de valorização do capital nos países capitalistas desenvolvidos. Para Gautié (1998, p. 69), “o desemprego foi inventado” na virada do século, com a ascensão do capitalismo.

⁸ Em junho de 2022, o presidente voltou a declarar que a liberdade é mais importante. No caso, ele comparou a liberdade com o oxigênio: “Somos pessoas normais [referindo-se aos seus seguidores], podemos até viver sem oxigênio, mas jamais sem liberdade. É com esse espírito que ao longo de 28 anos lutei dentro do Parlamento e há três anos à frente do Executivo federal”. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/06/5014758-pessoas-podem-viver-sem-oxigenio-mas-jamais-sem-liberdade-diz-bolsonaro.html>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

As divisões e desigualdades de status dentro do proletariado vão sendo reforçadas, pois “o desemprego provoca fenômenos de exclusão e autoexclusão, em relação ao mercado de trabalho, mesmo que seja apenas por uma desvalorização de certa qualificação profissional, que já estava fraca” (BIHR, 1998). Consequentemente, atinge mais aos trabalhadores não qualificados, mulheres, jovens, idosos e estrangeiros, ou seja, “esses infames que não mais existem senão através das poucas palavras terríveis que eram destinadas a torná-los indignos para sempre da memória dos homens” (FOUCAULT, 2003, p. 208).

De acordo com Oshiro e Marques (2017, p. 77-78), podemos entender o desempregado como:

indivíduo (des) protegido ou, ainda, ameaçado ao limite da ruptura social, atomizado, rotulado de “não empregável”, excluído sem chances de retorno, estigmatizado. Essas abordagens e questionamentos podem divergir do senso comum ou mesmo da ortodoxia econômica, acostumados a índices “naturais”, equilíbrios e ciências positivistas, e pouco interessados nas investigações sobre a construção desses conceitos. O desemprego é um fenômeno social, econômico e político; não é exclusivamente pessoal, situação em que caberia a autoincriminação ou um sofrimento resignado, nem simples consequência da falta de autoinvestimento em “capital humano”.

Castel (1993) questiona sobre o que tem em comum o desempregado de longa duração com as outras categorias de desempregados, como o jovem à busca do primeiro emprego, a mulher que pretende trabalhar depois de criar os filhos. Ele afirma que todos exprimem um modo particular de dissociação do vínculo social, o qual ele chama de *desfiliação*. O autor confere que, desde o Antigo Regime⁹, a sociedade é dividida entre os aptos e os inaptos para o trabalho. Nesse sentido, os beneficiários de algum tipo de assistência social são os inaptos, incluindo “inválidos de todo tipo, os velhos e os doentes sem recursos, as crianças abandonadas e miseráveis, por vezes, as viúvas pobres, se elas forem responsáveis por uma grande prole” (CASTEL, 1993, p. 24). Entretanto, o tratamento dado ao “indigente apto para o trabalho” (CASTEL, 1993, p. 24) é totalmente diferente, tanto que não lhe é permitido algum tipo de assistência, sendo-lhe imposto o trabalho.

Na mesma perspectiva, Gaudié (1998, p. 70) entende essas categorias de tanto de aptos quanto inaptos relacionado com o conceito de pobre merecedor, inválido, e o pobre válido, porém, vagabundo. No caso, o pobre merecedor seria incapaz de trabalhar, enquanto o pobre válido é “o vagabundo em primeira linha, constitui, ao contrário, a figura infame, que depende

⁹ Foucault se refere ao Antigo Regime como Idade Clássica ou Época Clássica (FOUCAULT, 1999).

não mais da assistência e sim da repressão. [...] se estigmatizam os ‘maus pobres’ em uma sociedade onde domina o imperativo do trabalho” (GAUTIE, 1998, p. 70).

O pobre, então, é aquele que incomoda pela sua presença, mas que se faz necessário para que as prateleiras de quem está do outro lado não fiquem vazias. Oshiro e Marques (2017) explicam que as pessoas sem emprego ou sem lugar são aquelas que incomodam, visto que há a categoria das que não incomodam, por discrição ou resignação. Diante dessas pessoas, dizem os autores:

nos perguntarmos “o que há de errado com elas?”. Aprendemos a analisá-las, a indagar se são capazes, potencialmente capazes, ou incapazes, ao mesmo tempo em que buscamos as causas de sua desocupação em suas pessoas, em deficiências físicas, mentais ou de sua formação, em sua falta de “empregabilidade” (OSHIRO; MARQUES, 2017, p. 76).

Por isso, muitas vezes, somos pegos por essa imposição que se deu com o capitalismo, de que aquele que não está empregado é porque tem algum problema que o impede de trabalhar. Foucault exemplifica isso com o discurso psiquiátrico, dizendo que se em algum momento “o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um conjunto de relações determinadas” (FOUCAULT, 2008a, p. 49).

Mas, no caso em que “problema” algum, físico ou psíquico seja encontrado nesse sujeito, então ele não trabalha porque é um ocioso, preguiçoso e inútil para conviver na sociedade, é um *ninguém*. Contudo, Castel (1993, p. 25) retorna justamente com uma contradição existente para esta classe: “sua carência advém frequentemente do fato de não trabalhar ou de se prestar a ocupações tão precárias e mal remuneradas que não lhe assegurem a subsistência”. Este sujeito é incitado à mobilidade profissional, constantemente, tendo que se deslocar geograficamente, para, enfim, chegar aos centros urbanos e com a raridade e precariedade de empregos, resultam em situações que o faz um ocioso. Isso acontece porque o neoliberalismo não prevê uma igualdade entre os sujeitos, mas uma concorrência.

Para Foucault, o neoliberalismo não era um sistema econômico-político, era uma racionalidade governamental e um acontecimento discursivo. Nessa perspectiva, a crítica a esse regime não se dava em questionar era bom ou ruim, mas “revelar na contingência da sua história a fragilidade capaz de franquear novas possibilidades de ser, fazer e pensar em nossa atualidade” (AVELINO, 2016, p. 246) e, assim, “mensurar os efeitos do seu investimento sobre a subjetividade dos indivíduos” (AVELINO, 2016, p. 246).

No neoliberalismo, o que importa é a concorrência, então, é necessário que haja diferença entre os indivíduos, que umas pessoas tenham emprego e outras não. Por isso, o neoliberalismo contrapõe o keynesianismo, uma vez que é com a ajuda do keynesianismo que foi criado o Estado de Bem Estar Social, a fim de compensar as perdas do período pós-guerra. Esse elemento busca uma forma de reparação, próximo de uma igualdade no consumo, visto que dá direito aos indivíduos um conjunto de bens e serviços.

Considerando essa característica do neoliberalismo, o que se faz mais facilmente é culpar o trabalhador, ao invés de se modificar o modo como o trabalho é organizado, visto que o desemprego é alimentado pela precarização do trabalho. Essa “organização do trabalho dominado por um sistema corporativo rígido” (CASTEL, 1993 p. 25) exclui a possibilidade de um trabalho livre e a venda de uma força produtiva, além das legislações penais que buscam fixar essa força de trabalho, tratando a errância indigente como um delito, portanto, que deve ser reprimido por vagabundagem.

Citando Vexliard, Castel (1993, p. 27-28) traz uma definição de vagabundagem que, mais tarde, estaria de modo muito semelhante no código napoleônico:

O vagabundo representa a forma limite da ruptura em relação a toda participação social, figura do estrangeiro excluído de toda parte e condenado a errar numa espécie de *no man's land* social, num tipo próprio de sociedade onde a qualidade da pessoa decorre da inscrição em uma rede extraordinariamente fechada de interdependência: “declaramos vagabundos e gentes vadias aqueles que não tem profissão nem ofício, nem endereço certo, nem lugar para subsistir e que não são reconhecidos pelas pessoas dignas de fé que não podem certificar-se de sua boa vida e costumes”.

No Brasil, o combate à vagabundagem na República Velha era feito por meio do controle e da vigilância policial, principalmente voltada às masculinidades. Havia espaços que cada um podia ocupar, por meio de marcações de poder:

Os indivíduos que se encontram no botequim e nas ruas e que não conseguiam provar sua condição de trabalhadores eram punidos quando não institucionalizados. O projeto contra a vagabundagem era voltado às masculinidades que circulavam pelo território público de maneira contrária ao prescrito. Não foi apenas o dito vagabundo; perigo social para o bem estar de uma nação que vinha a se constituir, mas outros corpos infames, como os leprosos, sífilíticos e loucos passaram pelo crivo da tática de poder da polícia (SANTOS; NARDI, 2018, p. 2304).

No entanto, a vagabundagem representa um problema social muito maior, porque é infundavelmente alimentada pela instabilidade da condição salarial, representando uma ruptura entre a relação de trabalho, ao passo que a precariedade gera a exclusão. Sendo um problema

sem solução, acaba trazendo diversas questões contraditórias das quais se apressam em tentar resolver, como:

fixar a errância, interditar a mobilidade, ao mesmo tempo em que o vagabundo é expulso das formas fixas da organização do trabalho e não poderia encontrar sua salvação, senão indo se vendem em um possível mercado de trabalho, cujas regulamentações bloqueiam a abertura. Assim, o vagabundo realiza a desfiliação em sua dupla dimensão: ruptura em relação à ordem da produção e isolamento em relação à ordem sócio-familiar (CASTEL, 1993, p. 30).

Assim como Foucault (2003) definia, em sua teoria, os indivíduos desprezados e excluídos como os homens infames, compreendemos que os desempregados, vistos como vagabundos na sociedade, são essas “vidas que são como se não tivessem existido, vidas que só sobrevivem do choque com um poder que não quis senão aniquilá-las, ou pelo menos apagá-las, vidas que só nos retornam pelo efeito de múltiplos acasos” (FOUCAULT, 2003, p. 208).

São essas categorias de pessoas que vão precisar da intervenção do Estado, mas que precisam passar por diversas comprovações da sua precariedade e pauperidade geradas pelo próprio descaso do Estado. Ao solicitarem o Auxílio Emergencial, que não chega a um salário mínimo, o constrangimento de receberem um salário de miséria e não de vida é só mais um de seus problemas. Existem regras e condições para se obter o auxílio e, às vezes, por um pequeno erro de preenchimento dos formulários, acabam tendo o benefício negado. Ainda são condenados pela massa – sociedade, dita por Guedes – que diz ser um dinheiro público resultante de seus impostos, que não deve ser usado para que *vagabundos* fiquem sem trabalhar, “numa boa”.

Vale ressaltar que Paulo Guedes ocupa um lugar de ministro da economia, portanto, um aliado do governo, e além de economista é banqueiro. Seu estatuto de economista e sua posição sujeito de ministro ocupada enquanto sujeito da enunciação lhe dão esse poder de exercer uma verdade, legitimando seu discurso perante os empresários, o que reforça essa autorização essa prática discursiva. Logo, seu dizer pode ser dito dessa forma, porque a prática que envolve esse dizer lhe permite, o que nos leva a concluir que quem ficará com as prateleiras vazias, caso o pobre não vá trabalhar, serão os empresários. É por eles que Paulo Guedes fala.

O fato é que se toma como verdade aquilo que foi dito e reproduzem-se os discursos acerca do que se entende como verdade. Tanto que não é difícil encontrarmos *memes* nas redes sociais com a intenção de zombar, ou até denunciar, os beneficiários do auxílio, acusando-os de gastarem com churrascos, bebidas, coisas ditas supérfluas. A punição para os infames também está na privação daquilo que *todos podem, menos quem não merece*. Quem não merece

é aquele que não trabalha. Para Foucault, essa busca pela verdade é um mecanismo do poder, que vive a nos interrogar, institucionalizando essa busca da verdade, profissionalizando-a e recompensando-a: “somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder” (FOUCAULT, 2005, p. 28-29).

Hoje, a punição do Estado para os vagabundos seria a redução desse auxílio insuficiente para um valor simbólico, que não paga nem uma cesta básica. O corte é um castigo aos ociosos. Essa periodização do pagamento é uma forma de o Estado determinar quando você pode parar e quando você deve voltar a trabalhar. Mais que isso, o Estado determina quando você deve viver e quando você deve morrer. Tanto “produzem e incentivam viver, quanto impõem a morte a quem resiste entrar na escala da normalidade” e, além disso, “a própria população se torna aliada do poder estatal” (SOUSA, 2013, p. 199).

Conclusão

As crises instauradas em todos os setores, por conta da pandemia provocada pelo coronavírus, foram apenas uma amostra do que as relações de poder podem causar em uma sociedade capitalista, como a falta de recursos na área da saúde e a má distribuição de renda, que são alguns dos elementos que escancaram as mazelas sociais.

Muitas vezes, os discursos de que outros trabalhadores estão “tomando os empregos” de quem já está em determinado ambiente há mais tempo são tão comuns e cristalizados na sociedade capitalista. Com o individualismo e a individualização cada vez mais crescente e com a instabilidade no mercado de trabalho, o trabalhador se vê ameaçado pela presença de estrangeiros, sejam de outros países, como refugiados, ou do próprio país, aqueles que buscam melhores oportunidades de emprego em outras cidades ou estados, como a migração da população do nordeste para o sudeste do Brasil, por exemplo, ou do interior para as capitais. Sem se dar conta de que essa situação é toda estruturada pelo sistema de concorrências, o sujeito desempregado coloca isso na conta de outros sujeitos que estão na mesma situação.

Marcada pela desestruturação da condição salarial, o desemprego em massa e a instabilidade do trabalho, bem como a precariedade do trabalho e a falta de proteção social, novas categorias de pessoas vão surgindo: os supranumerários, os inempregáveis, os desfiliaados, desvalidados, dissociados, desqualificados, os supérfluos [...] os inúteis para o mundo (CASTEL, 1998).

A história tem um papel indispensável, que é “o de mostrar que as leis enganam, que os reis se mascaram, que o poder ilude e que os historiadores mentem. [...] Será a decifração de uma verdade selada” (FOUCAULT, 2005, p. 84); “ela vai ser o discurso daqueles que não têm a glória, ou daqueles que a perderam e se encontram agora, por uns tempos talvez, mas por muito tempo decerto, na obscuridade e no silêncio” (FOUCAULT, 2005, p. 82).

O desempregado é aquele que não tem história, isto é, apaga-se sua própria história e qualquer resquício daquilo que algum dia já tenha contribuído. Se não trabalha, não pertence a espaço algum. Coloca-o no lugar de um ninguém, aquele que é responsável pelas prateleiras vazias que quem está do “outro lado”. Esses “vagabundos” são os pilares do país, os quais estão ficando sem possibilidade de continuar na sustentação, visto que há tanto abandono pelo Estado que busca apenas beneficiar os poucos – quiçá, os verdadeiros vagabundos – que são carregados pela massa.

Referências

APPLE, Michael. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2003.

AVELINO, Nildo. Foucault e a racionalidade (neo)liberal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 227-284, dez. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522016000300227&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-335220162107>

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Trabalho e identidade em tempos sombrios: insegurança ontológica na experiência atual com o trabalho**. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise**. Tradução Wanda Caldeira Brant. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRASIL. **Acompanhar o Auxílio Emergencial 2021 (Coronavírus - COVID 19)**. Serviços. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/servicos/acompanhar-auxilio-emergencial>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

BRASIL ECONÔMICO. Guedes admite prorrogar auxílio emergencial, desde que valor passe a R\$ 200. Economia. **IG**, 20 maio 2020. Disponível em: <<https://economia.ig.com.br/2020-05-20/guedes-admite-prorrogar-auxilio-emergencial-desde-que-valor-passe-a-r-200.html>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

CASTEL, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: LANCETTI, A. **SaúdeLoucura**. v. 4. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 21-48.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (Orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 235-272.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, M. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

GAUTIÉ, Jérôme. Da invenção do desemprego à sua desconstrução. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 67-83, out. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000200003>

ISTOÉ. Bolsonaro confirma auxílio emergencial de R\$ 300 até dezembro. **Economia. ISTOÉ Dinheiro**, 1 set. 2020. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-confirma-auxilio-emergencial-prorrogado-ate-dezembro-com-r-s-300/>>. Acesso em 5 nov. 2020.

MENDONÇA, A. Bolsonaro: Muito maior que a própria vida é a nossa liberdade. **Política. Estado de Minas**, 7 maio 2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2020/05/07/interna_politica,1145274/bolsonaro-muito-maior-que-a-propria-vida-e-a-nossa-liberdade.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2020.

OSHIRO, Felício; MARQUES, Rosa Maria. O desemprego na sociedade contemporânea. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 75-92, dez. 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/download/35657/24458>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

SANTOS, Helen Barbosa dos; NARDI, Henrique Caetano. Entre o Trabalhador e o Vagabundo: produção de masculinidades na história da saúde no Brasil. **Trends in Psychology**, Ribeirão Preto, v. 26, n. 4, p. 2299-2316, out. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2358-

Karla Roberta Neumann, Pedro Navarro. A objetivação dos trabalhadores desempregados e dos pobres em sujeitos infames e o discurso do/sobre o Auxílio Emergencial na pandemia da Covid-19.

18832018000402299&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2020. DOI: <https://doi.org/10.9788/TP2018.4-21Pt>

SOUSA, Katia Menezes. A história da sexualidade e outras histórias do presente. In: MARQUES, W.; CONTI, M. A.; FERNANDES, C. A. (Orgs.). **Michel Foucault e o discurso: aportes teóricos e metodológicos**. Uberlândia: EDUFU, 2013, p. 197-215.

Recebido em: 12 de agosto de 2022

Aceito em: 28 de dezembro de 2022